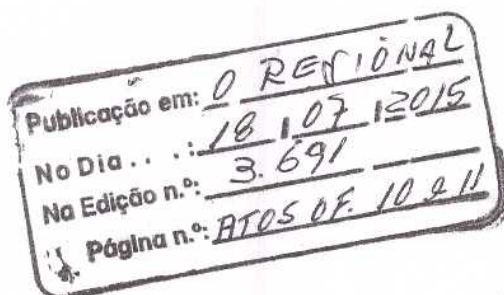




MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br



LEI Nº 799/2015

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Formosa do Oeste para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 1º. Fica estabelecido, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Formosa do Oeste para o exercício financeiro de 2016, de conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II

Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias

Art. 2º. As diretrizes orçamentárias compreendem a seguinte estrutura:

- I - Das Diretrizes Gerais;
- II - Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias;
- III - Das Receitas;
- IV - Das Despesas;
- V - Das Despesas com Pessoal;
- VI - Da Gestão Patrimonial;
- VII - Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- VIII - Das Metas Fiscais;
- IX - Dos Riscos Fiscais;
- X - Do Orçamento da Administração Direta;
- XI - Dos Fundos Especiais.
- XII - Das Disposições Gerais e Finais.

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos previstos no plano plurianual;

II - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

III - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governamental; e

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações governamental, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar em sua ação governamental, as metas a que se propõe atingir durante a sua execução.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas ações e/ou metas físicas.

Art. 4º. A proposta orçamentária discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa e das modalidades de aplicação.

§ 1º - As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas Correntes; e

II - Despesas de Capital.

§ 2º - Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I - pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III - outras despesas correntes;

IV - investimentos;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e

VI - amortização da dívida.

§ 3º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências para Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

II - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e

III - Aplicações Diretas.

Art. 5º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - os poderes e órgãos que integrarão a proposta orçamentária, de forma atender os princípios da unidade e universalidade;

II - a origem das fontes de recursos que financiará o orçamento;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

III - a demonstração da distribuição despesa aos órgãos e unidades que compõe a proposta orçamentária;

IV - a demonstração da previsão da despesa por função de governo;

V - a demonstração da previsão da despesa por categoria econômica e por natureza;

VI - a demonstração da previsão de aplicação de impostos e despesa na manutenção e desenvolvimento do Ensino, conforme Artigo 212 da Constituição Federal;

VII - a demonstração da previsão dos recursos vinculado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de conformidade com a Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de Dezembro de 2006;

VIII - a demonstração da previsão de aplicação de recursos na saúde pública, conforme o disposto na Emenda Constitucional n.º 29/2000;

IX - a demonstração da previsão de gasto com pessoal conforme disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000;

X - a demonstração do orçamento de capital de forma demonstrar a regra ouro, conforme artigo 12, § 2º da Lei Complementar n.º 101/2000.

XI - a demonstração da previsão do OCA - Orçamento da Criança e Adolescente, nos termos desta Lei dos procedimentos exigidos na IN n.º 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º. A proposta orçamentária do Município, consolidando todos os seus poderes e órgãos, incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social, compor-se-á de:

I - Mensagem;

II - Projeto de lei orçamentária;

III - Tabelas explicativas da receita e despesas;

IV - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;

V - Quadro demonstrativo da receita e despesa, por categorias econômicas;

VI - Legislação da Receita;

VII - Anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;

VIII - Quadros das dotações por órgãos do governo e da administração, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei 4.320/64;

IX - Plano de aplicação dos fundos especiais;

X - Descrição sucinta da competência de cada unidade administrativa e respectiva legislação pertinente.

Art. 7º. O Orçamento Geral do Município abrangerá a administração diretas e indireta do Município, compreendendo os poderes legislativo, executivo e os fundos contábeis.

Art. 8º. Na elaboração da proposta orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo as disposições desta Lei, podendo ainda ser corrigidas, se necessário, durante a execução orçamentária, através de ato próprio do Poder Executivo, até o limite mensal da inflação verificada no período compreendido



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

entre o mês seguinte de sua elaboração até o mês de novembro de 2016.

CAPÍTULO III **Das Receitas**

Art. 9º. Na estimativa da receita observará as normas técnicas e legais, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de outro fator relevante e será acompanhada de demonstrativos de sua evolução nos exercícios de 2013 e 2014, da previsão de 2015 e da projeção para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Parágrafo Único - A concessão de benefícios fiscais de caráter não geral será considerada na previsão da receita orçamentária de forma assegurar o cumprimento das metas fiscais previstas para o exercício.

Art. 10. A estimativa da renúncia de receita prevista no Anexo de Metas Fiscais deverá ser demonstrada através de anexo próprio na proposta orçamentária, o seguinte:

- I** - a margem para concessão de renúncia de receita;
- II** - a descrição dos atos legais que fundamentam a renúncia de receita;
- III** - demonstração de que a renúncia foi considerada na estima de receita constante da previsão orçamentária.

Art. 11. No projeto de lei orçamentária, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior aos das despesas de capital.

Art. 12. O Poder Executivo aperfeiçoara a aplicação da legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal do Município e assegurar o cumprimento das metas fiscais.

CAPÍTULO IV **Das Despesas**

Art. 13. A previsão da despesa será orçada segundo os preços e custos correntes, vigentes durante a sua elaboração, e seja compatível com as prioridades e metas previstas na presente Lei, em especial o estabelecido no Anexo das Metas Fiscais.

Art. 14. Os critérios para distribuição dos recursos para os órgãos e os poderes do município obedecerão prioritariamente às despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, outras despesas de custeio administrativo operacional e precatório judiciais, após poderão ser programados recursos ordinários para atender despesas de capital.

Parágrafo único - A previsão orçamentária não conterà dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no PPA - Plano Plurianual, excluídas as obras de conservação e adaptação de bens imóveis



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

pertencentes ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 15. A proposta orçamentária da administração direta conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor não inferior ao percentual de 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de riscos fiscais como Despesas Judiciais Extraordinárias e outros passivos contingentes.

Art. 16. Durante a execução orçamentária os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa não prevista no orçamento exigir-se-á o seguinte:

I - estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o plano plurianual e com esta Lei.

Art. 17. As despesas correntes derivadas de leis ou atos administrativos, que fixem para o Município a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios deverão estar instruídas das exigências estabelecida no Inciso I do Artigo anterior, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa e acompanhado de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

§ 1º. Será considerado aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, que ultrapasse um período superior a dois exercícios.

§ 2º. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do Artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993.

Art. 18. A Administração Direta do Município é autorizada a promover as alterações e adequações de suas estruturas administrativas, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V **Da Despesa Com Pessoal**

Art. 19. A Administração Direta obedecerá rigorosamente os limites estabelecidos para as despesas com pessoal, e as seguintes condições:



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE/FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

I - Caso a despesa com pessoal ultrapasse o limite prudencial, ou seja, o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite correspondente a cada Poder, até que comprove o retorno nos relatórios fiscais do quadrimestre seguinte, ficam proibidos os seguintes atos:

a) - conceder qualquer tipo de vantagens que aumente a despesa;

b) - conceder gratificação a qualquer título;

c) - Aumento salarial, salvo se for em decorrência de sentença judicial, de lei ou contrato, ressalvada a revisão geral anual;

d) - Criar cargo, emprego ou função;

e) - Alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

f) - Preencher cargo público;

g) - Admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada para repor servidores que se aposentarem ou falecerem das áreas de educação, saúde e de utilidade pública;

h) - Contratar horas extras;

i) - Conceder promoções e os avanços previstos no plano de carreira.

II - Se a despesa total com pessoal de cada Poder ou órgão ultrapassar os limites máximos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo das medidas previstas no Inciso I deste artigo, o excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as seguintes providências:

a) - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;

b) - exoneração dos servidores não estáveis;

c) - perda de cargo de servidor estável, nos termos e condições estabelecidas na Constituição Federal.

Art. 20. Os Poderes Legislativo e Executivo poderão conceder vantagens ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreira, a admissão de pessoal a qualquer título, condicionada as seguintes exigências:

I - comprovação de que a despesa com pessoal não esteja extrapolando limite de alerta, ou seja, o percentual de 90% (noventa por cento) dos limites para cada poder, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - Declaração expressa do ordenador de despesa de cada poder, que a projeção da despesa ao longo dos 12(doze) meses não ultrapassará percentual de que trata o inciso anterior.

III - Demonstrativo da estimativa do impacto na previsão orçamentária nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, e a origem dos recursos para o custeio da despesa.

IV - se houver prévia dotação suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e,

V - lei específica;

Parágrafo Único - Exclui-se das exigências estabelecidas neste artigo, a despesa obrigatória de caráter continuado decorrente da revisão geral dos servidores, prevista no Artigo 37, X, da Constituição Federal, que tem por finalidade a recomposição do poder aquisitivo dos vencimentos defasados em razão da inflação, nos termos do Artigo 17, § 6º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

autorização será estabelecida em lei específica.

Art. 21. Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a promover as alterações e adequações na legislação de pessoal e nas estruturas dos quadros de pessoal, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

Da Gestão Patrimonial e das Obras em Andamento

Art. 22. As disponibilidades de caixa do Município, incluindo a administração direta e indireta, serão obrigatoriamente depositadas em instituições financeiras oficiais.

Art. 23. O produto de alienação de bens e direitos que integram o Patrimônio Municipal deverá ser aplicado obrigatoriamente em despesas de capital, de forma a preservar o Patrimônio Público.

Art. 24. Em atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, os projetos em andamento por ocasião do encaminhamento desta LDO estão especificados no Relatório contido no Anexo desta Lei.

CAPÍTULO VII

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 25. Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2016 são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único – Os valores das prioridades, metas e ações, poderão sofrer alterações e a devida adequação quando da elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual, as quais, em havendo, por ato próprio, deverão ser procedidas sua adequação no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme prevê o art. 7º da Lei Municipal nº 766/2013 que trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2014 a 2017.

CAPÍTULO VIII

Das Metas Fiscais

Art. 26. Nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido no Anexo II as Metas Fiscais em conformidade com os Demonstrativos de I a IX da presente Lei, que compreenderá:



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

- I – Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
- VI - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII – Demonstrativo IX - Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Anuais de Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública.

§ 1º - Os valores das metas fiscais devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2016 ao Legislativo Municipal.

§ 2º - Após a aprovação legislativa da previsão orçamentária, o Anexo II que trata das metas fiscais poderá ser reformulado, mediante lei, objetivando adequar as alterações advindas de mudanças na legislação tributária, financeira e orçamentária que venham ser promovidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício, ou resultantes do comportamento da economia nacional, sem prejuízo das metas estabelecidas.

Art. 27. O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o final dos meses de maio e setembro de 2016 e no mês de fevereiro de 2017, a avaliação em relatórios trimestrais das metas fiscais estabelecidas e executadas.

Art. 28. Se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão por ato próprio e nos montantes estabelecidos em Decreto do Executivo, a limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os seguintes critérios:

- I – redução na mesma proporção entre o previsto e a expectativa de receita, nas despesas e transferências, excluídas:
 - a) as de pessoal e seus encargos patronais;
 - b) ao pagamento dos serviços da dívida;
 - c) as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município (Saúde, Educação, assistência social, precatórios e serviços de utilidade pública);
 - d) as decorrentes de convênios, acordo e ajustes firmados com o Governo Federal e Estadual;
 - e) das obras em andamento.
- II – vedação de empenhos que se destinem a:
 - a) início de obras e instalações, inclusive as destinadas a conservação e adaptação de bens imóveis;





MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

- b) aquisição de bens imóveis por compra, desapropriação ou dação;
- c) aquisição de equipamentos e material permanente, exceto destinado às atividades que constituem obrigações constitucionais;
- d) abertura de créditos especiais que envolvam recursos próprios;
- e) demais despesas que poderão ser evitadas que não venham causar implicações de ordem legal.

§ 1º. As hipóteses indicadas nas alíneas "a" e "d" do inciso II deste artigo são meramente indicativas, cabendo ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menos impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

§ 2º. No caso de restabelecimento da receita prevista ou do cumprimento das metas fiscais, a execução retornará a normalidade.

CAPÍTULO IX Dos Riscos Fiscais

Art. 29. As possíveis despesas contingenciais e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, estão avaliados no Anexo IV que trata dos Riscos Fiscais, em cumprimento ao § 3º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

CAPÍTULO X Do Orçamento da Administração Direta

Art. 30. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a serem incluídas no Projeto de Lei do Orçamento Anual, podendo, se necessário, incluir programas não previstos, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo e entidades internas e externas.

Art. 31. O total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar os limites do Artigo 29-A, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 25.

Parágrafo único – Os repasses do Poder Executivo a Câmara Municipal, para as despesas com pessoal e subsídio dos Vereadores, será em consonância com os dispositivos da Lei Complementar n.º 101 e da Emenda Constitucional n.º 25.

Art. 32. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos conforme dispõe o Artigo 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo aplicar 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais que atuam no magistério, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica, conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 53/2006.

Des



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

Art. 33. Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicará no mínimo o percentual de 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, em conformidade com as orientações aprovada pela Resolução n.º 322, de 08 de maio de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º - Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o custeio do Sistema Único de Saúde - SUS, para o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde não integram o cálculo de que trata este artigo.

§ 2º - As ações estratégicas de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, financiados com recursos do Ministério da Saúde, compreendidos o SF - Saúde da Família e outros que venham a ser criados pelo Ministério da Saúde, poderão ser executados através de entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos e qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, nos termos e condições estabelecidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 34. SUPRIMIDO.

Art. 35. O disposto no § 1º do Art. 18 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal dos órgãos da administração direta, na forma da legislação pertinente;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal da administração direta, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 36. O Poder Executivo é autorizado celebrar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, conforme legislação pertinente, objetivando contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que haja interesse do Município ou alguma forma de ressarcimento.

Art. 37. O Executivo Municipal poderá firmar termo de convênio com entidades que realizem ações, projetos e programas em parceria com o Município, mediante concessão de recursos financeiros a título de subvenções sociais, que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social, para atendimento de despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do artigo 12 e nos artigos 16 e 17 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que atendam as seguintes exigências:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada;

II - possuam título de utilidade pública;

Assistência Social;

III - sejam cadastradas no Conselho Municipal de

especial.

IV - atendam as exigências contidas em regulamento



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE/FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

Art. 38. A transferência de recursos financeiros às entidades de caráter beneficentes, educacionais, comunitárias, assistenciais, culturais, esportivas e associativas, a título de contribuição ou auxílio, inclusive de repasse financeiro a título de anuidade, deverá cumprir com as seguintes exigências:

I – Tenham diretoria eleita e com plenos direitos estatutários;

II – possuam título de utilidade pública;

III – não tenha finalidade lucrativa;

IV – atendam as exigências contidas em regulamento especial.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no artigo anterior, a concessão de recursos financeiros deverá ser autorizada por lei específica, bem como estar prevista dotação no orçamento anual ou através de créditos adicionais.

Art. 39. As autorizações para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual serão estabelecidas no percentual de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da despesa consignada para cada um dos Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art. 165, § 8º, da Constituição Federal, compreendendo o reforço de dotação ou a inclusão de fontes de recursos, respeitada a vinculação das fontes de recursos dentro das respectivas áreas de atuação.

Art. 40. Igualmente fica o Poder Executivo autorizado a incluir na lei orçamentária, não sendo computado para fins do limite de que trata o caput do artigo anterior, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 1º, incisos I e II da Lei Federal nº 4.320 que seguem:

I – o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício imediatamente anterior aquele a que se refere o orçamento.

II - o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado não previsto na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

Art. 41. Quando da execução orçamentária, nas aberturas de créditos que promovam alteração de valor no projeto ou atividade, o Executivo Municipal poderá por ato próprio proceder a compatibilização desses com as prioridades e metas constantes dos Planos PPA e LDO.

Art. 42. A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará a Secretaria de Finanças, até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2016, devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado; e
- VIII - número da vara ou comarca de origem.

CAPÍTULO XI

Dos Fundos Especiais

Art. 43. Os Fundos Contábeis terão contabilidade centralizada na Contabilidade do Executivo Municipal e integrará a proposta orçamentária da Administração Direta, em nível de unidade orçamentária, e contera plano de aplicação que explicitará:

I - As fontes dos recursos financeiros classificados nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;

II - As aplicações, onde serão discriminadas:

a) os projeto e atividades que serão desenvolvidas através do Fundo;

b) os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital;

III - Movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separada das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 44. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 45. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de 31 de agosto 2015, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 46. A proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até a data de 30 de setembro de 2015, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até 15 de dezembro de 2015.

Parágrafo Único - As emendas ao projeto de lei do orçamento somente podem ser aprovadas caso;



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadooeste.pr.gov.br

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;

II - estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;

III - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

Art. 47. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo tomará as seguintes providências:

I - Estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do Artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - Desdobrará em metas bimestrais de arrecadação as receitas previstas no orçamento anual, e demais exigências estabelecidas no Artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - Determinará o desdobramento da Despesa Orçamentária, de forma estabelecer o QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Oeste,
Estado do Paraná, em 15 de julho de 2015.

JOSÉ ROBERTO CÔCCO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS - METAS ANUAIS PARA A RECEITA - MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR - LDO 2016

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA										REC. REALIZADAS		ESTIMADA		RECEITA PROJETADA LDO 2016	
										2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	0	00	00	00	00	00	00	00	00	15.252.456,09	17.019.644,63	19.054.400,00	20.749.911,92	22.409.904,87	24.202.897,26
1	1	00	00	00	00	00	00	00	00	774.427,64	871.511,43	973.000,00	1.058.672,67	1.143.356,48	1.234.835,80
1	1	00	00	00	00	00	00	00	00	767.344,60	864.944,90	891.000,00	1.021.134,57	1.102.825,34	1.191.051,36
1	1	12	02	00	00	00	00	00	00	244.965,56	274.729,33	313.000,00	336.526,64	363.448,77	392.524,67
1	1	12	08	00	00	00	00	00	00	117.729,87	166.360,20	116.000,00	162.188,88	175.163,99	189.177,11
1	1	12	05	00	00	00	00	00	00	169.823,80	140.850,92	206.000,00	209.802,64	226.586,85	244.713,80
1	1	13	05	00	00	00	00	00	00	234.825,37	283.004,45	254.000,00	312.616,41	337.625,72	364.635,78
1	1	20	00	00	00	00	00	00	00	88.702,96	99.043,82	100.000,00	116.495,49	125.815,12	135.880,33
1	1	30	00	00	00	00	00	00	00	-	-	-	-	-	-
1	1	30	00	00	00	00	00	00	00	224.509,97	246.162,31	288.000,00	306.598,88	331.126,79	357.616,93
1	1	30	00	00	00	00	00	00	00	100.941,88	96.544,23	87.000,00	115.632,34	124.882,93	134.873,57
1	1	40	00	00	00	00	00	00	00	-	-	-	-	-	-
1	1	40	00	00	00	00	00	00	00	-	-	-	-	-	-
1	1	60	00	00	00	00	00	00	00	-	-	-	-	-	-
1	1	70	00	00	00	00	00	00	00	18.236,25	25.919,90	120.000,00	64.853,66	70.041,96	75.645,31
1	1	70	00	00	00	00	00	00	00	13.996.972,87	15.562.183,06	17.159.400,00	18.887.910,14	20.398.942,95	22.030.858,39
1	1	70	01	02	00	00	00	00	00	6.511.083,70	6.992.873,15	8.262.000,00	8.797.700,41	9.501.516,44	10.261.637,76
1	1	70	01	05	00	00	00	00	00	23.589,95	26.197,54	27.000,00	31.061,46	33.567,98	36.253,41
1	1	70	01	09	00	00	00	00	00	289.021,30	310.171,39	362.000,00	388.582,95	419.669,59	453.243,16
1	1	70	01	22	70	00	00	00	00	96.670,23	109.034,16	124.000,00	133.239,29	143.898,43	155.410,30
1	1	70	01	33	10	00	00	00	00	800.950,80	860.270,81	923.000,00	1.045.967,49	1.129.644,89	1.220.016,48
1	1	70	01	33	30	00	00	00	00	62.394,63	45.503,14	71.000,00	72.456,90	78.253,46	84.513,73
1	1	70	01	34	00	00	00	00	00	-	-	-	-	-	-
1	1	70	01	35	00	00	00	00	00	101.580,06	140.427,43	201.500,00	178.114,75	192.363,93	207.753,04
1	1	70	01	36	00	00	00	00	00	249.651,96	341.963,47	271.000,00	349.381,58	377.332,11	407.518,68
1	1	70	01	39	00	00	00	00	00	56.398,67	59.037,00	77.000,00	77.699,47	83.915,43	90.628,67
1	1	70	01	01	00	00	00	00	00	140.092,99	167.789,25	219.000,00	212.311,33	229.296,23	247.639,93
1	1	70	01	02	00	00	00	00	00	6.007.476,61	6.926.940,33	7.187.000,00	8.139.224,00	8.790.361,93	9.493.590,88
1	1	70	01	04	00	00	00	00	00	471.748,29	546.341,06	538.000,00	629.857,79	680.246,41	734.666,13
1	1	70	01	13	00	00	00	00	00	96.623,83	113.746,43	132.000,00	138.229,96	149.288,36	161.231,43
1	1	70	01	33	00	00	00	00	00	912,66	1.847,92	23.500,00	10.269,58	11.091,15	11.978,44
1	1	70	01	36	00	00	00	00	00	34.500,00	20.300,00	45.000,00	40.336,56	43.563,48	47.048,56
1	1	70	01	39	00	00	00	00	00	1.891,40	66.477,22	-	28.413,48	30.686,56	33.141,49
1	1	70	01	00	00	00	00	00	00	1.502.281,05	1.764.289,13	1.850.000,00	2.068.810,37	2.234.315,20	2.413.060,41
1	1	70	01	00	00	00	00	00	00	100.000,00	-	-	42.480,00	45.878,40	49.548,67
1	1	70	01	00	00	00	00	00	00	73.282,90	-	91.000,00	66.511,38	71.832,29	77.578,87

Jose Roberto Cocco
José Roberto Cocco
Prefeito

ANEXO II - DE METAS FISCAIS

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR

Metas Anuais para as Despesas - LDO 2016

TOTAL DE DESPESAS

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	REALIZADO			PREVISÃO		
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (I)	13.208.471,91	14.791.880,62	16.222.800,00	17.482.469,77	18.881.067,36	20.391.552,74
Pessoal e Encargos Sociais	6.689.542,84	7.529.645,53	8.280.000,00	8.996.934,88	9.716.689,67	10.494.024,84
Juros e Encargos da Dívida	78.748,11	56.538,33	85.000,00	89.296,45	96.440,17	104.155,38
Outras Despesas Correntes	6.440.180,96	7.205.696,76	7.857.800,00	8.396.238,45	9.067.937,52	9.793.372,52
DESPESAS DE CAPITAL (II)	2.830.192,10	1.897.388,24	1.412.200,00	3.244.904,72	3.504.497,10	3.784.856,87
Investimentos	2.090.062,79	1.161.116,69	562.200,00	2.303.153,10	2.487.405,35	2.686.397,78
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	740.129,31	736.271,55	850.000,00	941.751,62	1.017.091,75	1.098.459,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	-	521.400,00	200.000,00	216.000,00	233.280,00
TOTAL (IV) = (I)+(II)+(III)	16.038.664,01	16.689.268,86	18.156.400,00	20.927.374,49	22.601.564,45	24.409.689,61
Limite para o Legislativo	-	-	998.000,00	1.077.840,00	1.164.067,20	1.257.192,58
Total Despesa Consolidada	-	-	19.154.400,00	22.005.214,49	23.765.631,65	25.666.882,18

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

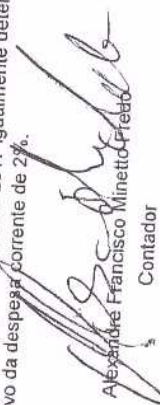
II - Metodologia e Memória de Cálculo

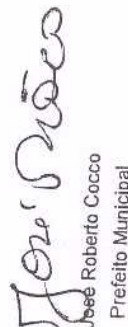
Despesas Correntes			Despesas de Capital		
Ano	Valor Nominal	Varição	Ano	Valor Nominal	Varição
2013	13.208.471,91	0	2013	2.830.192,10	0
2014	14.791.880,62	11,99	2014	1.897.388,24	-32,96
2015	16.222.800,00	9,67	2015	1.412.200,00	-25,57
2016	17.482.469,77	7,76	2016	3.244.904,72	129,78
2017	18.881.067,36	8,00	2017	3.504.497,10	8,00
2018	20.391.552,74	8,00	2018	3.784.856,87	8,00

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

Memória de cálculo - Varição corrente = $\frac{[(B7*1,91)+(C7*1,1236)+(D7)/3]*1,08}{(B7*1,91)+(C7*1,1236)+(D7)/3}$ para estimar 2015 e *1,08 a cada exercício para estimar 2016 e 2017.

A despesa realizada dos exercícios de 2012 e 2013 foram calculadas a valor presente com índice de 1,1900 e 1,1236 respectivamente na base 2014. A soma da despesa no valor presente dos exercícios de 2012 e 2013 mais a estimativa para 2014 é dividido por 3. O produto dessa operação aplica-se um índice de 1,0800 para determinar a Meta da Despesa Corrente para o exercício de 2015 (previsão de inflação de 6% + 2% de previsão de aumento efetivo da despesa). Para os exercícios seguintes 2016 e 2017 igualmente determinado pelo índice de 1,0800 a cada exercício em função da previsão inflacionária de 6% + previsão de aumento efetivo da despesa corrente de 2%.


Alexandre Francisco Minetto Fieda
Contador


Jose Roberto Cocco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(LRF, art 4º, § 2º, Inciso I)

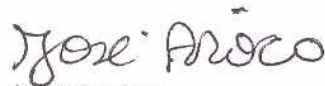
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	19.220.400	7,640	17.527.419	6,9670	(1.692.981)	-8,808
Receitas Primárias (I)	18.745.400	7,451	17.430.875	6,9286	(1.314.525)	-7,013
Despesa Total	18.272.400	7,263	16.689.269	6,6338	(1.583.131)	-8,664
Despesas Primárias (II)	17.437.400	6,931	15.896.459	6,3187	(1.540.941)	-8,837
Resultado Primário (III)=(I-II)	1.308.000	0,520	1.534.416	0,6099	226.416	17,310
Resultado Nominal	1.359.559	0,540	1.273.746	0,5063	(85.813)	-6,312
Dívida Pública Consolidada	2.019.316	0,803	2.469.316	0,9815	450.000	22,285
Dívida Consolidada Líquida	1.661.766	0,661	3.021.325	1,2009	1.359.559	81,814

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

VARIÁVEL	2014	Variação
Projeção PIB Paraná - R\$	251.579.000	6,01%

FONTE: IBGE/IPARDES


 Alexandre Francisco Minetto Freado
 Contador


 José Roberto Cocco
 Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA					
LRF, art.4º, § 2º, Inciso V					
SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÃO	2016	2017	2018	
Anistia	Taxas	10.000,00	10.600,00	11.236,00	a) Intensificação Ações Cobrança
Bonificações	IPTU/Taxas	15.000,00	15.900,00	16.854,00	b) Recuperação da Receita do ISS
Descontos	IPTU/ISS	42.000,00	44.520,00	47.191,20	c) Aumento na Fiscalização
Remissões	IPTU/ISS/Taxas	12.000,00	12.720,00	13.483,20	
TOTAL		79.000,00	83.740,00	88.764,40	79.000,00
FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR					

Nota: Na estimativa da renúncia de receita prevista para os exercícios em questão, as medidas de compensação propostas são no sentido do aumento da arrecadação anulando assim a renúncia prevista, dessa forma não afeta a realização da despesa.

Alexandre Francisco Minetto Fredo
Contador

Jose Roberto Cocco
José Roberto Cocco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LDO 2016
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Tabela IV
 LRF, art.4º, § 1º, INCISO III

1,00

PATRIMONIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio / Capital	19.822.908	49,18%	18.377.000	57,30%	17.189.057	57,27%
Reservas		0%		0%		0,00%
Resultado Acumulado	20.481.659	50,82%	13.692.000	42,70%	12.824.253	42,73%
TOTAL	40.304.566	100,00%	32.069.000	100,00%	30.013.310	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL						

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

Nota: O Município deixa de apresentar a Evolução do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário, por estar legalmente vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Alexandre Francisco Minetto Fredo
 Contador

José Roberto Cocco
 Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2016
MARGEM DE EXPANSÃO

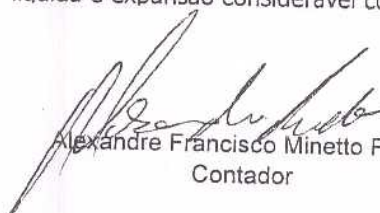
Tabela 9

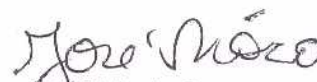
LRF, art.4º, § 2º, Inciso V

EVENTO	VALOR PREVISTO 2016
Aumento Permanente da Receita	R\$ 697.000,00
(-) Transferências Constitucionais	R\$ -
(-) Transferências ao FUNDEF	R\$ 174.250,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	R\$ 522.750,00
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$ -
Margem Bruta (III) = (I + II)	R\$ 522.750,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ -
Novas DOCC	R\$ -
Novas DOCC geradas por PPP's	R\$ -
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	R\$ 522.750,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

Para o exercício financeiro de 2016, o Município de Formosa do Oeste ainda possui uma margem líquida e expansão considerável conforme demonstrado no quadro acima.


 Alexandre Francisco Minetto Fredo
 Contador


 José Roberto Cocco
 Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

METAS ANUAIS

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	22.005.214	20.759.636	7,785	23.765.632	21.151.328	7,932	25.666.882	21.550.699	8,081
Receitas Primárias (I)	21.666.238	20.439.847	7,665	23.399.537	20.825.505	7,809	25.271.500	21.218.724	7,957
Despesa Total	20.927.374	19.742.806	7,403	22.601.564	20.115.312	7,543	24.409.690	20.495.121	7,685
Despesas Primárias (II)	20.096.326	18.958.799	7,109	21.704.033	19.316.512	7,244	23.440.355	19.681.239	7,380
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.569.912	1.481.049	0,555	1.695.505	1.508.993	0,566	1.831.145	1.537.485	0,577
Resultado Nominal	759.301	716.321	0,269	819.616	729.455	0,274	884.730	742.846	0,279
Dívida Pública Consolidada	881.468	831.574	0,312	84.593	75.287	0,028	(776.033)	(651.581)	(0,244)
Dívida Consolidada Líquida	502.465	474.024	0,178	(317.150)	(282.263)	(0,106)	(1.201.880)	(1.009.135)	(0,378)

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
PIB Nacional (variação %)	4,50	4,50	4,50
Inflação Média-Proj. IPCA (%)	6,00	6,00	6,00
Dólar Final	2,25	2,30	2,40
Projeção PIB Paraná - R\$	292.674.000	299.634.000	317.612.000

FONTE: IBGE/IPARDES

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes = Valor Corrente/Índice

	Índice
2016	1,0600
2017	1,1236
2018	1,1910

Alexandre Francisco Mureto Frêde

Contador

Jose' Pires

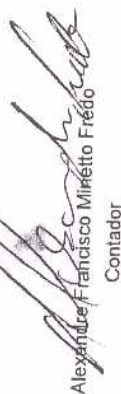
José Roberto Cocco
 Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL - LDO 2016
ART. 4º PAR.2, ITEM II DA LRF

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1. Saldo da Dívida Consolidada	2.678.027	2.469.316	1.619.316	881.468	84.593	(776.033)
(-) Disponibilidade de Caixa	(1.617.044)	(552.009)	357.550	379.003	401.743	425.848
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
(-) Demais Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-
(=) Saldo da Dívida Cons. Líquida	4.295.071	3.021.325	1.261.766	502.465	(317.150)	(1.201.880)
(+) Receita de Privatizações	-	-	-	-	-	-
(-) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-	-	-
(=) Saldo da Dívida Fiscal Líquida	4.295.071	3.021.325	1.261.766	502.465	(317.150)	(1.201.880)
2. RESULTADO NOMINAL	(881.743)	1.273.746	1.759.559	759.301	819.616	884.730

Memória e Motologia de cálculo do Resultado Nominal

- a) os dados sobre o Saldo da Dívida Consolidada foram projetadas considerando o estoque da dívida, os financiamentos e amortização programadas.
b) a disponibilidade de caixa e as aplicações financeiras para o final do exercício de 2016 e seguintes, foi projetada com base apenas na acumulação do superávit financeiro.


Alexandre Francisco Miraflores Frêdo
Contador


José Roberto Cocco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO - LDO 2016

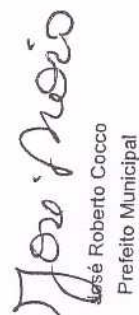
ART. 4º, PAR.2, II DA LRF

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1. RECEITA TOTAL	17.634.019	17.527.419	19.154.400	22.005.214	23.765.632	25.666.882
(-) Rendimentos de Aplicação Financeira	100.942	96.544	87.000	115.632	124.883	134.874
(-) Operação de Crédito	480.000	-	-	203.904	220.216	237.834
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Ativos	-	-	-	-	-	-
RECEITA FISCAL LIQUIDA(1)	-	-	50.000	19.440	20.995	22.675
2. DESPESA TOTAL	17.053.077	17.430.875	19.017.400	21.666.238	23.399.537	25.271.500
(-) Amortização e Encargos da Dívida	16.038.664	16.689.269	18.156.400	20.927.374	22.601.564	24.409.690
(-) Aquisição de Títulos de Capital já integ.	818.877	792.810	935.000	1.031.048	1.113.532	1.202.614
(-) Concessão de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(+) Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
DESPESA LIQUIDA FISCAL (II)	-	-	521.400	200.000	216.000	233.280
3. SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.219.787	15.896.459	17.742.800	20.096.326	21.704.033	23.440.355
4. RESULTADO PRIMÁRIO (I+II-III)	1.833.291	1.534.416	1.274.600	1.569.912	1.695.505	1.831.145

- a) Os dados de receita e despesa foram extraídos das metas fiscais de receitas e despesas;
b) O Resultado Primário tem como função medir a capacidade de pagamento da dívida;
c) É condição para habilitar-se a novos empréstimos, apresentação de resultado primário positivo;
d) Ações orçamentárias que estimulam o resultado primário negativo:

- * Novos Empréstimos;
- * Déficit Orçamentário;
- * Inadimplência com a amortização da dívida, entre outras;
- e) Ações orçamentárias que estimulam o resultado primário positivo:
- * Concessão de empréstimo;
- * Adimplência com a amortização da dívida;
- * Superávit Orçamentário;


Alexandre Francisco Minetto Fiedó
Contador


José Roberto Cocco
Prefeito Municipal

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela III - LRF, art.4º, § 2º Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES												R\$ 1,00
	2013	2014	%	2015	%	Referencia		%	2017	%	2018	%	
Receita Total	17.634.019	17.527.419	0,99	19.154.400	1,09	22.005.214	1,15	23.765.632	1,08	25.666.882	1,08	1,08	
Receita Primárias (I)	17.053.077	17.430.875	1,02	19.017.400	1,09	21.666.238	1,14	23.399.537	1,08	25.271.500	1,08	1,08	
Despesa Total	16.038.664	16.689.269	1,04	18.156.400	1,09	20.927.374	1,15	22.601.564	1,08	24.409.690	1,08	1,08	
Despesas Primárias (II)	15.219.787	15.896.459	1,04	17.221.400	1,08	20.096.326	1,17	21.704.033	1,08	23.440.355	1,08	1,08	
Resultado Primário (I - II)	1.833.291	1.534.416	0,84	1.796.000	1,17	1.569.912	0,87	1.695.505	1,08	1.831.145	1,08	1,08	
Resultado Nominal	(881.743)	1.273.746	-1,44	1.759.559	1,38	759.301	0,43	819.616	1,08	884.730	1,08	1,08	
Dívida Pública consolidada	2.678.027	2.469.316	0,92	1.619.316	0,66	881.468	0,54	84.593	0,10	(776.033)	-9,17	-9,17	
Dívida Consolidada Líquida	4.295.071	3.021.325	0,70	1.261.766	0,42	502.465	0,40	(317.150)	-0,63	(1.201.880)	-3,79	-3,79	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2013	2014	%	2015	%	Referencia		%	2017	%	2018	%
Receita Total	19.813.584	18.579.064	0,94	19.154.400	1,03	20.759.636		1,08	21.151.328	1,02	21.550.699	1,02
Receita Primárias (I)	19.160.837	18.476.727	0,96	19.017.400	1,03	20.439.847		1,07	20.825.505	1,02	21.218.724	1,02
Despesa Total	18.021.043	17.690.625	0,98	18.156.400	1,03	19.742.806		1,09	20.115.312	1,02	20.495.121	1,02
Despesas Primárias (II)	17.100.952	16.850.247	0,99	17.221.400	1,02	18.958.799		1,10	19.316.512	1,02	19.681.239	1,02
Resultado Primário (I - II)	2.059.885	1.626.481	0,79	1.796.000	1,10	1.481.049		0,82	1.508.993	1,02	1.537.485	1,02
Resultado Nominal	(990.726)	1.350.171	-1,36	1.759.559	1,30	716.321		0,41	729.455	1,02	742.846	1,02
Dívida Pública consolidada	3.009.031	2.617.475	0,87	1.619.316	0,62	831.574		0,51	75.287	0,09	(651.581)	-8,65
Dívida Consolidada Líquida	4.825.942	3.202.605	0,66	1.261.766	0,39	474.024		0,38	(282.263)	-0,60	(1.009.135)	-3,58

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Valor Corrente x Índice

	Índice
2013	1.1236
2014	1.0600
2015	1.0000

Valor Corrente/ Índice

	Índice
2016	1.0600
2017	1.1236
2018	1.1910

Alexandre Francisco Minetto Freddo
 Contador

Jose Roberto Cocco
 Prefeito Municipal

Considerando uma média de inflação de 6% aa.

Índice de deflação para valores constantes

$(1 + (6/100))$

1,06

$(1 + (6/100)) * (1 + (6/100))$

1,1236

$(1 + (6/100)) * (1 + (6/100)) * (1 + (6/100))$

1,191

ANEXO II - DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

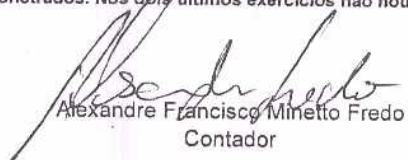
LRF, art.4º, § 1º, INCISO III

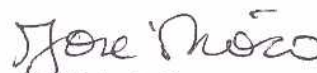
RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (d)	2012
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	-	-	24.000
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL	-	-	24.000

DESPESAS LIQUIDADAS	2014 (b)	2013 (e)	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DECAPITAL			
Investimentos	-	18.714	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	-	18.714	-
	(c) = (a-b)+(f)	(f)=(d-e)+g	(g)
SALDO FINANCEIRO	5.286	5.286	24.000

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

Nota: O Município tem aplicado em investimentos todo o produto das alienações promovidas durante os exercícios demonstrados. Nos dois últimos exercícios não houve alienação de ativos.


 Alexandre Francisco Minetto Fredo
 Contador


 José Roberto Cocco
 Prefeito Municipal

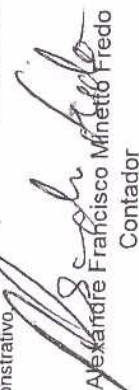
ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2016
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

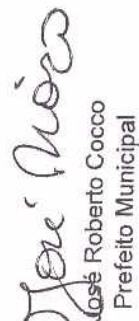
ARF (LRF, art 4º, § 3º)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
RISCO DECORRENTE DA RECEITA - Redução do Crescimento (PIB) - Redução do Índice de Preços - Aumento da Inadimplência Municipal - Alteração Legislação Tributária Municipal	125.000,00 80.000,00 35.000,00 25.000,00	COBERTURA DOS RISCOS FISCAIS - Reserva de Contingência - Superávit Primário Estimado - Limitação de Empenhos previsto na LRF	200.000,00 1.569.911,73 61.000,00
RISCO DECORRENTE DA DESPESA - Precatórios Judiciais - Impacto na Folha dos Servidores - Serviço da Dívida Consolidada - Gastos Adicionais Diversos	50.000,00 164.000,00 20.000,00 45.000,00		
TOTAL	544.000,00	TOTAL	1.830.911,73

FONTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste - PR

Nota - No que tange aos riscos fiscais acima demonstrados, para cobertura dos mesmos existe lastro suficiente conforme pode-se observar no demonstrativo.


Alexandre Francisco Minetto Fredo
Contador


José Roberto Cocco
Prefeito Municipal